

O processo de musealização das coleções do Museu Virtual do Instituto de Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IF/UFRJ) e o direito autoral

Robson da Silva Teixeira

Doutorando em Museologia e Patrimônio pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO/MAST) –RJ - Brasil. Mestrado profissional Multidisciplinar em Desenvolvimento Local pelo Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM) - Brasil. Bibliotecário-chefe da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – RJ – Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/5359994634728097>

E-mail: teixeira@if.ufrj.br

Rodrigo Otávio Lopes de Souza

Pós-Doutorado pelo Institut de Recherches sur la Catalyse et l'Environnement de Lyon (IRCELYON) - França. Doutor em Química pelo Instituto Militar de Engenharia (IME) – Brasil. Professor do Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM) - Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/7376444459440311>

E-mail: digootavio@gmail.com

Data de submissão: 07/04/2020. Data de aceite: 08/04/2021. Data de publicação: 10/12/2012.

RESUMO

Este estudo analisa as questões que envolvem direito autoral na divulgação de imagens e conteúdo em um museu virtual com base na Lei nº 9.610 de 1998, que disciplina os direitos autorais. Dentro deste quadro, as metas foram: pesquisar, na Lei, quais os trâmites para divulgação de imagem e conteúdo de teor científico e intelectual; adaptar os tópicos fotografia, levantamento documental e história oral do Museu Virtual às regras vigentes na referida Lei; e elaborar instrumentos para coleta, análise e interpretação dos dados colhidos. Para cumprir este propósito, a metodologia da pesquisa foi dividida em etapas, a começar pela identificação dos tópicos do Museu Virtual do IF/UFRJ que careciam de modificações à luz da lei vigente. Nesta perspectiva, foi necessário incluir informação no tópico Fotografia, como por exemplo, as fontes e o responsável pelos direitos autorais sobre a imagem. No tópico Levantamento documental foram reorganizadas as descrições das matérias sobre o Instituto de Física e seus agentes sociais, e, para fins de direito de divulgação de conteúdo, foi redigida uma carta de autorização com um “Termo de Assentimento” em nome de cada professor entrevistado. Conclui-se que as regras vigentes que regulam os direitos autorais de imagens e conteúdo de um museu virtual e o modo como elas devem ser colocadas em prática estão descritas nas regras estabelecidas pela Lei nº 9. 610 de 1998, e serviram de base para todas as alterações elaboradas no serviço *on-line* da Instituição. O serviço *on-line* está atualizado e dentro das normas de direito autoral presentes na referida lei.

Palavras-chave: Museu virtual. Serviço de Referência. Biblioteca Universitária. Direito Autoral. Propriedade Intelectual.

The Virtual Museum of the Physics Institute of the Federal University of Rio de Janeiro (IF/UFRJ) and copyright issues: an experience report

ABSTRACT

The study analyzes the issues involving copyright in the dissemination of images and content in a virtual museum based on Law No. 9,610 of 1998 that regulates copyright. Within this framework, the goals were: to research in the Law the procedures for dissemination of image and content of scientific and intellectual content; adapt the topics photography, documentary survey and oral history of the Virtual Museum to the rules in force in said Law and elaborate instruments for collection, analysis and interpretation of the collected data. To fulfill this purpose, the research methodology was divided into stages: identification of the topics of the Virtual Museum of IF/UFRJ that lacked modifications in the light of the current law. In this perspective, it was necessary to include information in the topic Photography, such as the sources and the copyright officer on the image; in the topic documentary survey were reorganized the descriptions of the articles about the Institute of Physics and its social agents; and for the purposes of the right of dissemination of content, a letter of authorization was written with a "Consent Term" on behalf of each teacher interviewed. It was concluded that the current rules governing the copyright of images and content of a virtual museum and how they should be put into practice are described in the rules established by Law No. 9. 610 of 1998 and served as the basis for all changes made to the institution's online service. The online service is up-to-date and within the copyright rules set out in that law.

Keywords: *Virtual museum Referral Service. University Library. Copyright. Intellectual property.*

El Museo Virtual del Instituto de Física de la Universidad Federal de Río de Janeiro (IF/UFRJ) y cuestiones de derechos de autor: un informe de experiencia

RESUMEN

El estudio analiza las cuestiones relacionadas con el derecho de autor en la difusión de imágenes y contenidos en un museo virtual basado en la Ley Nº 9.610 de 1998 que regula los derechos de autor. En este marco, los objetivos eran: investigar en la Ley los procedimientos de difusión de imagen y contenidos de contenido científico e intelectual; adaptar los temas fotografía, estudio documental e historia oral del Museo Virtual a las normas vigentes en dicha Ley y elaborar instrumentos para la recopilación, análisis e interpretación de los datos recogidos. Para cumplir con este propósito, la metodología de investigación se dividió en etapas: identificación de los temas del Museo Virtual del IF/UFRJ que carecían de modificaciones a la luz de la ley actual. Desde esta perspectiva, era necesario incluir información sobre el tema Fotografía, como las fuentes y el oficial de derechos de autor sobre la imagen; en el tema encuesta documental se reorganizaron las descripciones de los artículos sobre el Instituto de Física y sus agentes sociales; y a los efectos del derecho de difusión de contenidos, se escribió una carta de autorización con un "Término de Consentimiento" en nombre de cada maestro entrevistado. Se concluyó que las normas actuales que rigen los derechos de autor de las imágenes y el contenido de un museo virtual y cómo deben ponerse en práctica se describen en las normas establecidas por la Ley Nº 9. 610 de 1998 y sirvió de base para todos los cambios realizados en el servicio en línea de la institución. El servicio en línea está actualizado y dentro de las reglas de derechos de autor establecidas en esa ley.

Palabras clave: *Museo Virtual. Servicio de referencia. Biblioteca de la universidad. Derecho autoral. Propiedad intelectual.*

INTRODUÇÃO

Este artigo está voltado ao estudo do Museu Virtual do Instituto de Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IF/UFRJ), um modelo em ambiente cibernético, isto é, relativo ao ciberespaço (*cyberspace*) – o mesmo que na rede mundial de computadores, Internet –, que, até o momento, reúne coleções de objetos (instrumento científico, fotografias de época, a mesa de reunião para fundação do IF/UFRJ, recortes de jornais e revistas, e outros documentos) ligados à vida da Instituição, ou seja, o Patrimônio e a Memória em formato material (tangível). O referido serviço *on-line* é acessado por meio de um *link* dentro do site da Biblioteca do Instituto de Física¹, e tem como objetivo preservar e disseminar a memória e história da Instituição e dos professores que fizeram parte dela. O espaço cibernético é um instrumento para disseminação da informação e foi criado em 2014 com a intenção de facilitar o processo de busca de informação, assim como viabilizar um espaço colaborativo de informação e conhecimento voltados à comunidade acadêmica da Física e de áreas afins.

Porém, o Museu Virtual não existe no mundo real/físico, existe a coleção de documentos diversificados e para a pesquisa científica, que são considerados itens importantes da história da Instituição. Entretanto, o Museu Virtual do IF/UFRJ, que tem entre seus propósitos ser um espaço de divulgação de informação especializada sobre a pesquisa, o ensino e as realizações acadêmicas da Física no Brasil, bem como da sua presença no cenário internacional, necessita de constantes revisões, atualizações e inclusão de novos documentos.

Diante desse contexto, o artigo trata da reorganização do Museu Virtual no tocante a direito autoral das imagens e do conteúdo. As regras vigentes que regulam os direitos autorais e como elas devem ser colocadas em prática estão descritas na Lei nº 9.610 de 1998 e serviram de base para todas as alterações elaboradas no serviço *on-line*.

A ideia surgiu a partir do questionamento dos usuários sobre a capacidade do Serviço de Referência de uma Biblioteca Universitária em atender de forma satisfatória às suas necessidades. Fato comprovado pela pesquisa de Teixeira e Souza (2018, p. 178), realizada no primeiro semestre de 2018 junto a 176 usuários, sobre a aplicabilidade do museu virtual da instituição, que, como resultado, constatou que o serviço era considerado relevante para a maioria dos usuários, porém existiam tópicos que necessitavam de modificações por estarem em desacordo com as regras do direito autoral sobre imagens e utilização de informações de terceiros.

A questão levantada pelo participante da pesquisa era sobre quais os cuidados que os gestores do Museu Virtual tiveram com relação aos direitos autorais para divulgação das imagens e do conteúdo dos tópicos Fotografia, Levantamento documental e História oral – entrevistas.

A partir desta pesquisa de avaliação, chegou-se a algumas conclusões que demandam ações a serem implementadas para otimizar o serviço *on-line*, pois o conteúdo foi considerado relevante pela comunidade, o que motivou o engajamento da equipe para a reorganização e atualização do Museu Virtual do IF/UFRJ.

Para tanto, indagou-se: quais as regras vigentes que regulam os direitos autorais das imagens e do conteúdo de um museu virtual e como elas devem ser colocadas em prática?

Pelo exposto, o presente artigo tem o objetivo geral de analisar as questões que envolvem direito autoral na divulgação de imagens e conteúdo em um museu virtual com base na Lei nº 9.610 de 1998, que disciplina os direitos autorais.

Dentro desse quadro, pesquisar, na Lei nº 9.610 de 1998, quais os trâmites para divulgação de imagem e conteúdo de teor científico, e adaptar os tópicos Fotografia, Levantamento documental e História oral às regras vigentes na referida Lei.

¹ A biblioteca foi criada em 1967, e em 22 de dezembro de 1981 a Congregação do IF/UFRJ resolveu dar-lhe o nome do professor Plínio Sussekind Rocha.

Para cumprir todos esses propósitos, foi necessário desenvolver um método de trabalho dividido em etapas, tais como: identificação dos tópicos do Museu Virtual do IF/UFRJ que careciam de modificações à luz da lei vigente; inclusão de informação nos tópicos Fotografia, Levantamento documental; e, por fim, redação de um “Termo de Assentimento” elaborado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em nome de cada professor entrevistado.

MUSEU, MUSEALIZAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO: APROXIMAÇÕES ENTRE A MUSEOLOGIA E A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A fundamentação teórica está balizada na tentativa de diálogo entre as áreas da Ciência da Informação (documentação / disseminação da informação) e Museologia (processo de musealização / Museu Virtual), em busca de pontos comuns e interfaces prováveis entre as duas Ciências.

Entende-se que a questão informacional no âmbito museológico perpassa por suas diferentes categorias de museus, entre eles o Museu Virtual, que é um espaço para divulgar informação especializada sobre a pesquisa, o ensino e as realizações acadêmicas da Física no Brasil, bem como da sua presença no cenário internacional.

Como pontua Castro (1999, p. 28), o museu também pode ser caracterizado como uma Unidade de Informação, por ser uma instituição que a preserva e disponibiliza. Além disso, os museus têm ocupado um espaço cada vez maior nas discussões no campo da Ciência da Informação (CI). Ao trabalhar com informação, o museu também a estoca, organiza, recupera e dissemina por meio dos seus objetos museais e das ações culturais que desempenha na sociedade.

Entende-se, na presente pesquisa, que informação, por seu turno, é expressão de conhecimento adquirido através de experiência ou de estudo (pesquisa). Por conseguinte, na relação interdisciplinar com a CI, as instituições museológicas podem desenvolver instrumentos que facilitem a sua recuperação, a fim de democratizá-la.

Segundo Lima (2009, p. 2) a relação interdisciplinar entre a Museologia e a Ciência da Informação requer adequações para exercer a informação e a comunicação na Museologia, dentre elas, o alargamento da ideia de museu, incluindo aí, os Museus Virtuais. E, no fim do século passado, os vários sites de museus criados sinalizaram que a nova modalidade ou o novo formato constitui, para o campo museológico, um fato inegável (LIMA, 2009, p. 2).

De um ponto de vista estritamente museológico, os autores deste domínio do conhecimento, Desvallées e Mairesse (2013, p. 42), definem musealização como “a operação destinada a extrair, física e conceitualmente, uma coisa de seu meio natural ou cultural de origem e dar-lhe um estatuto museal, transformá-lo em musealium ou museália, [...] fazê-la entrar no campo do museal”.

Outro autor do mesmo campo, Zbynek Stránský (1980, p. 33–40), criador da noção de musealidade, condição específica de algo ou da coisa que adquire o estatuto de inserção como objeto tratado pelo Museu, contribui para a argumentação ao afirmar que “a Museologia tem a natureza de uma ciência social, proveniente das disciplinas científicas, documentais e mnemônicas [memória] e ela auxilia à compreensão do homem no seio da sociedade”.

Ou seja, o olhar museológico está embasado em André Desvallées e Francois Mairesse (2013, p. 45), entre outros autores do campo, ao explicarem que a Museologia permite que o museu seja estudado “em sua história e no seu papel na sociedade, nas suas formas específicas de pesquisa [...], de apresentação, [...] de difusão” [...].

Por esse motivo, a musealização, como processo científico, compreende necessariamente o conjunto das atividades que se fazem no museu: preservação, seleção, aquisição, pesquisa, catalogação, indexação e comunicação (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 52), entendendo-se, nesta última, a disseminação da informação.

Além disso, sendo, o museu, uma instituição alicerçada e responsável por itens caracterizados como “patrimônio cultural e natural, material e imaterial”, de acordo com o Código de Ética do ICOM para Museus (ICOM, 2009 p. 12), reconhece-se que, sob sua zona de competência conceitual, por conseguinte, torna-se um patrimônio musealizado.

Portanto, toda a história do Instituto de Física da UFRJ – desde o espaço físico que ocupa, do conceitual que representa, dos físicos e de suas atividades profissionais do pensar teórico até a ação prática nos laboratórios – leva-nos a pensá-lo de modo a ser registrado, pois, simbolicamente, uma coleção deste teor tem condições de representar um determinado pensamento de um conjunto de pesquisadores.

Por outro lado, os documentos são a materialização das ideias da Física, apresentam valor histórico para este campo, e a pesquisa os tem como documentos que representam a colaboração da produção brasileira em contexto internacional. Paul Otlet (1934, p. 216–217) afirmou, nos anos 30 do século passado, que a Documentação deve alcançar todas as representações e objetos, quando possuidores de “valor documental”. Além disso, qualifica o objeto de museu como “substituto do livro”, noção que se aplica a quaisquer objetos capazes de atingir “os mesmos objetivos buscados nos livros, isto é, ser um veículo de informação, comunicação” (OTLET, 1934, p. 218).

Corroborando com esta afirmação, Loureiro (2012, p. 2–3) explica que a musealização é “um conjunto de processos seletivos baseados na agregação de valores a coisas de diferentes naturezas às quais é atribuída a função de documento, e que por esse motivo tornam-se objeto de preservação e divulgação”.

Diante disso, considera-se que um conjunto cultural disperso, mas que retrata um patrimônio material e imaterial, isto é, a representação do conhecimento da Física relacionada a uma instituição que tem perfil de excelência, marcado pelas aulas, pesquisas e por seus professores cientistas no período de fundação e consolidação, e com acervo musealizável, constituído de documentos textuais, depoimento oral, gravação de vídeo e/ou áudio, merece um museu, e o formato virtual possibilita alcançar ampla disseminação para diversos segmentos de público.

Trata-se, o Museu Virtual do IF/UFRJ, de um disseminador da informação não limitado a um espaço somente para se guardar documentos e objetos antigos, configurando um ambiente cibernético que permite fazer a preservação da história e a difusão do conhecimento.

A disseminação da informação está associada à produção, seleção e organização destes documentos, que, ao longo do tempo, precisam ser conservados para que seja preservada a sua história, na qual a busca pelo conhecimento se faz através de serviços de disseminação da informação em diversos formatos, como, por exemplo, os Museus.

Para Lara e Conti (2003, p. 26),

Disseminar informação supõe tornar público a produção de conhecimentos gerados ou organizados por uma instituição. A noção de disseminação é comumente interpretada como equivalente à de difusão, ou mesmo de divulgação. Assume formas variadas, dirigidas ou não, que geram inúmeros produtos e serviços, dependendo do enfoque, da prioridade conferida às partes ou aos aspectos da informação e dos meios utilizados para sua operacionalização.

Essa disseminação por intermédio das instituições tem a finalidade de preservar esses documentos ou objetos antigos e pode ocorrer em Bibliotecas, Museus entre outros espaços.

Segundo Weiner Schweibenz (2004), o conceito de museu virtual está em constante construção. Por se tratar de uma temática ainda muito nova na museologia, não há um consenso em relação ao que é considerado museu virtual e o que seria apenas um site de museu.

A maioria dos autores que trabalha com a questão aponta para uma definição ligada à virtualização dos objetos e sua apresentação *on-line*, sem uma discussão mais aprofundada sobre os aspectos teóricos deste tipo de abordagem.

Deloche (2001) alerta que um objeto retirado de seu contexto original e colocado em outro é a perfeita ilustração do virtual. Com relação ao virtual, Lévy (2010) complementa, relacionando-o ao ciberespaço, que é o “espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e da memória dos computadores”, explicando que, nesse ambiente, está sediado “o conjunto dos sistemas de comunicação eletrônicos, que transmitem informação proveniente de fontes digitais ou destinadas à digitalização”.

Deloche (2001) questiona qual seria o novo papel do museu neste contexto: Seria ele livre de preconceitos e do sistema de valores dos séculos que recebeu de herança? Deve ele aceitar e assumir, em meio a sua área de competência, estas novas imagens e novos meios de comunicação?

Com base em pesquisa de Lima (2009), pode-se dizer que os Museus Virtuais, sob as modulações de sua natureza, pelo processo tecnológico de criação ou reprodução, podem ser de três tipos ou modelos: (a) “originais digitais”; (b) por “conversão digital”; ou ainda (c) “por composição mista”. No caso específico do IF, o Museu sem correspondente no mundo físico, com a coleção convertida digitalmente, é um modelo de museu criado e existente só na web, cuja coleção exibida decorre da coleta de objetos e outros elementos que existem no mundo físico.

O Museu Virtual do IF-UFRJ ainda está restrito ao tratamento da materialidade, tradicionalmente objetos e territórios, mas o campo, pela força do poder simbólico, permite-se, pela ação do seu olhar conceitual e prático, atribuir o estado museológico ou, como afirmam Desvallées e Mairesse, o “estatuto museal”.

Desvallées e Mairesse (2013, p. 42) complementam que o campo museológico “não rejeita qualquer forma de museu, desde as mais antigas até as mais recentes, como por exemplo, os Museus Virtuais”. Desse modo, o Museu Virtual IF-UFRJ é um modelo apto a abrigar os resultados do presente artigo, que se configuram elementos do Patrimônio Intelectual – da ordem do Cultural Intangível –, e a associar esse Bem Cultural de significação simbólica ao contexto material, refletindo a Memória Institucional com suas referências culturais.

MUSEU VIRTUAL DO IF/UFRJ: UM SERVIÇO DIGITAL EM CONSTANTE TRANSFORMAÇÃO

Cabe destacar o formato digital, configurando o museu, cenário do Patrimônio Digital, bem como o termo Virtual, na configuração terminológica para museus. Com relação às coleções de acervo, a Informação e Comunicação Museológica que, na Linguagem de Especialidade da Museologia, compreende a difusão do conhecimento, portanto, abrange, em termos dos segmentos de público: a disseminação para os pares do campo e de áreas afins; a denominada divulgação científica, destinada ao visitante; e, genericamente, o público em larga escala. O assunto, neste quadro, aponta para um tema contemporâneo, concernente ao que se compreende pelo termo virtual, aplicado aos museus, bem como à organização, interpretação dos acervos materiais e digitais referentes às ações relacionadas que dizem respeito ao conjunto memorialístico-patrimonial construído ao longo dos anos pelos professores que, como em todo museu, se apresenta como fonte de consulta destinada à preservação, para permitir o uso na produção do conhecimento.

O Museu Virtual dedicado à Física, um espaço virtual de difusão científica, apresenta-se como subsídio para conhecer a trajetória, a história e a memória do ensino da Física e de atividades correlatas no Brasil, em especial, relacionadas à Instituição. Além disso, desde a sua criação, o museu tem sido traçado para estimular a preservação da memória institucional, um bem cultural, e para permitir o acesso ao conjunto de objetos musealizados.

O Museu Virtual do IF/UFRJ trata do que foi desenvolvido pelos professores na docência, pesquisa e comunicação científica entre outras atividades acadêmicas, formando assim um conjunto que se expressa, segundo Granato (2009), como um Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia, melhor dizendo de C&T.

O Museu Virtual segue o modelo de Museu Virtual de Composição Mista², tendo como acervo, o material produzido e usado pelos pesquisadores, digitalizados para trazer a público a história da pesquisa praticada pelos professores brasileiros no contexto nacional e internacional.

O Museu Virtual não existe edificado no mundo real/físico, mas existe a coleção de documentos diversificados e para a pesquisa científica, documentos que são considerados itens importantes da Memória e História da Instituição.

Com base nos recentes estudos científicos publicados pelos pesquisadores Duarte (2020), Salcedo (2017), Mueller (2016), Ribeiro (2011), Oliveira (2005), no campo da Ciência da Informação, pode-se afirmar que há um expressivo campo de trabalho para a difusão de informação científica nas universidades públicas brasileiras, e esse trabalho é urgente, pois as novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) redefiniram a forma de trabalho nos Museus. Ou seja, a utilização dessas tecnologias para difusão da Informação no Museu Virtual faz com que ele cumpra o papel de difusor da informação, fazendo com que o Museu busque realizar um trabalho ligado aos interesses da comunidade científica – ela participa, interroga e descobre valores –, além de poupar o tempo do visitante.

² Termo cunhado por Lima (2009) no seu artigo: O que se pode designar como Museu Virtual segundo os museus que assim se apresentam. In: ENANCIB 2009 - ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João Pessoa. Anais [...]. João Pessoa: ANCIB, PPGCI-UFPB, 2009, p. 2421-2468.

Segundo Scheiner (1998, p. 97), a coleção de Ciência e Tecnologia (C&T) do IF/UFRJ, tomada como “objeto musealizado”, foi incorporada ao Museu Virtual para que possa desempenhar o seu papel de informação e comunicação em Museologia por meio do seu poder simbólico, pois a Teoria Museológica vem permitindo compreender “o caráter fenomênico do Museu e sua capacidade de manifestar-se de diferentes maneiras, no tempo e no espaço, para além das formas instituídas e/ou já reconhecidas”.

ESTRUTURA DO MUSEU VIRTUAL

O Museu virtual, um serviço *on-line*, contempla Coleções de Ciência e Tecnologia do Instituto de Física (IF) como subsídio para a pesquisa científica e para a construção da História e Memória do ensino de física no Brasil. Segundo Teixeira e Souza (2018, p. 183), está estruturado da seguinte forma:

TRAJETÓRIA CIENTÍFICA DOS PROFESSORES/FUNDADORES DO INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (IF/UFRJ)

Este tópico do Museu Virtual tem o objetivo de discutir as principais contribuições acadêmicas dos físicos brasileiros que fizeram parte da antiga Faculdade Nacional de Filosofia (FNFI), que, posteriormente, se tornou o Instituto de Física (IF/UFRJ), onde o pensamento do IF está representado pelas pesquisas elaboradas por eles³. A questão inspiradora foi a invisibilidade na literatura sobre os primórdios do Instituto de Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IF/UFRJ), o que conduziu às circunstâncias em que surgiu o Instituto e como se consolidaram os estudos nessa área nas décadas de 1950 a 1970, período em que o Instituto foi fundado. É um estudo preliminar da trajetória dos professores/fundadores que deram aulas na antiga Faculdade Nacional de Filosofia (FNFI), sendo, alguns deles, participantes da fundação do Instituto de Física (IF/UFRJ): Cesar Lattes, José Leite Lopes, Joaquim da Costa Ribeiro, Plínio Sussekind Rocha e Jayme Tiomno.

³ INSTITUTO de física-UFRJ 45 anos. Rio de Janeiro: Instituto de Física, 2010. p. 10.

MOBILIÁRIO UTILIZADO PELOS PESQUISADORES DO INSTITUTO DE FÍSICA

Foi investigado o mobiliário utilizado pelos pesquisadores do Instituto de Física, tais como: mesas, cadeiras, armários, escrivaninhas, enfim, um conjunto de móveis que faz parte da memória institucional e representa a materialização das ideias contidas na produção científica dos pesquisadores. Segundo o professor Máximo Ferreira⁴, está localizada na sala de reuniões do Instituto de Física, a mesa histórica utilizada pelos professores do Departamento de Física da antiga Faculdade Nacional de Filosofia (FNFI) na reunião em que se decidiu que o Departamento de Física iria se tornar o Instituto de Física da UFRJ. Segundo o depoimento do professor emérito Fernando de Sousa Barros, esta mesa histórica era utilizada pelo professor Cesar Lattes⁵.

RELATÓRIOS DOS PESQUISADORES DO IF

Segundo Hillway (1964), o relatório de pesquisa é a descrição de um estudo real, que foi realizado pelo autor e sempre constitui um acréscimo de novo conhecimento. Hillway (1964), diz que a descrição do relatório exige demonstração constante de que um problema real foi estudado e resolvido, ou de que fatos novos foram descobertos. Ele tem que incluir um relato preciso das fontes de informação pesquisadas, os métodos usados na procura e análise dos dados, a hipótese alcançada e a evidência que fornece suporte para esta hipótese.

O relatório de pesquisa pode atuar como um veículo de informação, pois, conforme Ferrez (1994), ele é fonte de consulta “para a pesquisa científica e para a comunicação que, por sua vez, geram e disseminam novas informações”; em vista disto, cabe tratamento sob o foco da análise que possa interpretá-lo tanto quanto a forma física que

ostenta, como o contexto histórico e social que representa, a exemplo do caderno de laboratório que pertenceu ao pesquisador Cesar Lattes⁶.

DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS DO INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)

Os documentos administrativos são enxergados aqui no estudo como sendo: os boletins da UFRJ, oficializando a instalação do Instituto de Física; as cartas; os memorandos; e as atas do processo burocrático para a sua implantação. A intenção deste artigo é refletir sobre os tipos de documentos que constituem o arquivo institucional do IF/UFRJ, pois esses documentos preservam informações oficiais, reguladas por normativas. Além disso, tem o objetivo de disseminar uma importante fonte de pesquisa para a história das ciências e contribuir para a reflexão sobre o conteúdo e o trabalho contido nessas fontes.

FOTOGRAFIAS DE ÉPOCA DO INSTITUTO DE FÍSICA E DOS SEUS PROFESSORES

A fotografia é um documento que oferece a possibilidade de conhecer a história, haja vista que apresenta informações sobre objetos, pessoas e lugares, preservando-as no tempo, e está ligada à subjetividade da memória e da imaginação. Para Barthes (1980), a fotografia fornece a visão do que foi, de certa maneira, atestando a veracidade. Assim, a fotografia, detentora de memórias, apresenta-se como objeto de estudo e análise social e histórica.

As fotos de época do IF/UFRJ têm potencial científico e histórico para demonstrar um caminho possível para a preservação e difusão de coleções de Ciência e Tecnologia (C&T). Portanto, o presente artigo buscou, por meio de estudos museológicos, identificar as relações pertinentes entre o registro fotográfico e a história/memória do Instituto de Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IF/UFRJ).

⁴ Depoimento oral do Professor Máximo Ferreira (Diretor Adjunto de Desenvolvimento – IF/UFRJ em 14 de setembro de 2012.

⁵ Depoimento oral do Professor Emérito do Departamento de Física Nuclear Fernando de Sousa Barros em 14 de setembro de 2012.

⁶ Caderno de laboratório (note book) usado por Cesar Lattes em julho de 1947. Nele, estão os cálculos que levaram à massa do méson pi depois das exposições feitas no monte Chacaltaya, na Bolívia. Depositado na Wills Memorial Library, em Bristol. Essa descrição está no livro CESAR LATTES: a descoberta do méson e outras histórias. Rio de Janeiro: CBPF, 1999. p. 47.

Neste tópico, foi dada ênfase especial às fotografias que comprovam o surgimento de atividades de pesquisa no IF/UFRJ, pois, na época da FNFI, os professores realizavam essas atividades no CBPF. Um enfoque especial foi dado ao surgimento dos cursos de pós-graduação, quando as turmas foram de professores do próprio IF, pois esses professores participaram da montagem dos laboratórios de pesquisa enquanto desenvolviam suas teses.

INSTRUMENTOS CIENTÍFICOS

Segundo Heizer (1989), existem instrumentos científicos em universidades e museus históricos, sendo que, em alguns lugares, este material está sucateado e sem tratamento adequado, a documentação está dispersa e a falta do status de conservação dificulta ainda mais a ação dos pesquisadores. Para a autora, é preciso reconhecer o valor desse tipo de patrimônio para que se possa dar início a reflexões e práticas mais eficientes na área de Museologia e patrimônio (HEIZER, 1989).

Segundo Loureiro (2007), a capacidade informativa de um objeto/documento jamais se esgota, portanto, acredita-se que eles fornecem informações sobre eles próprios, sobre sua presença concreta e material, sobre sua trajetória que, direta ou indiretamente, podem incluir instituições, pessoas e eventos. Tem-se, como exemplo, o Espectrômetro⁷, instrumento científico utilizado pelos professores do Instituto de Física da UFRJ nas suas pesquisas na década de 1960.

Esse aparelho documenta a atividade desempenhada pelos professores do departamento de física experimental e contribuiu para um melhor conhecimento da prática científica no Brasil. Ele pertenceu ao Instituto de Física e foi doado ao Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) em 2006⁸.

⁷ Espectrômetro é um instrumento óptico utilizado para medir as propriedades da luz em uma determinada faixa do espectro eletromagnético, sua estrutura basicamente se resume a existência de uma rede de difração e um captador. Wikipédia. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Espectr%C3%B4metro>>. Acesso em: 27.08.2012.

⁸ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Termo de doação noº SP-IF 001/06.

Porém, ainda não foram localizados registros que identifiquem os pesquisadores que utilizaram o instrumento e quais pesquisas foram resultado da sua utilização.

LEVANTAMENTO DOCUMENTAL

Tendo como parâmetro a trajetória científica dos Professores Fundadores do IF/UFRJ, foi realizado, também, um Levantamento Documental das suas produções científicas. Dessa forma, o levantamento pretendeu fazer um balanço das contribuições do Instituto de Física da UFRJ nesses 56 anos de existência, assim como dos docentes ligados a ele durante essa trajetória. Nessa perspectiva, Silva (2009) acredita que a pesquisa documental permite a investigação de determinada problemática por meio do estudo dos documentos que são produzidos pelo homem e, por isso, revelam o seu modo de ser e compreender um fato social. Estudar documentos implica fazê-lo a partir do ponto de vista de quem os produziu. Dentro dessa perspectiva, segue uma pesquisa inicial em que consta o número de documentos recuperados em jornais e revistas.

Após a análise dos documentos recuperados, eles foram utilizados como símbolos da importância da pesquisa realizada pelos Professores Fundadores do IF/UFRJ e como testemunho do progresso da pesquisa científica brasileira na época. Segundo Chizzotti (1995, p.11), “a pesquisa investiga o mundo em que o homem vive e o próprio homem”. Dessa forma, o levantamento documental pretendeu fazer um balanço das contribuições do Instituto nesses 56 anos, assim como dos docentes ligados a ele durante essa trajetória. Para tal, foram desenvolvidas ações de buscas de informações em jornais, feitas a partir do site da Biblioteca Nacional (BN).

PRODUÇÃO CIENTÍFICA (SEÇÃO AINDA EM FASE DE ELABORAÇÃO)

Representa a trajetória científica dos professores do IF/UFRJ, e as suas produções científicas, ou seja, símbolos da importância das pesquisas realizadas e testemunho do progresso da pesquisa científica brasileira.

HISTÓRIA ORAL DOS PROFESSORES EMÉRITOS E EX-ALUNOS DO INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)

Este tópico do Museu Virtual do IF/UFRJ utiliza o recurso dos depoimentos via metodologia da História oral; foram feitas entrevistas com os professores Eméritos que se graduaram no curso de Física da antiga Faculdade Nacional de Filosofia (FNFI) e atualmente são Professores Eméritos do Instituto de Física da UFRJ e dos atuais professores que foram Ex-alunos (graduação e pós-graduação) do Instituto de Física (IF).

Nesta etapa, foi possível colher informações que possibilitam registrar e, portanto, perpetuar impressões, vivências, lembranças dos professores eméritos e professores ex-alunos que se dispõem a compartilhar sua memória com a coletividade e, dessa forma, permitem um conhecimento mais aprofundado da história e memória da fundação do Instituto de Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Sendo assim, dentro desta perspectiva, percebe-se a importância de uma legislação específica para resguardar os direitos individuais e coletivos, o direito patrimonial e moral.

AS COLEÇÕES DO MUSEU VIRTUAL DO IF/UFRJ E O DIREITO AUTORAL

O levantamento elaborado pela equipe de profissionais da informação junto aos seus usuários sobre a aplicabilidade do museu virtual do IF/UFRJ (TEIXEIRA, 2018) resultou em medidas para regular a divulgação de imagens e a utilização de informações de cunho científico e intelectual.

Pesquisando a legislação que rege o direito do autor, uma garantia concedida ao cidadão pela Constituição Federal de 1988, no inciso XXVII do Artigo 5º, encontramos a Lei nº 9.610 de 1998 (BRASIL, 1998), em que se encontram as regras vigentes que regulam os direitos autorais de imagens e conteúdo e como elas devem ser colocadas em prática.

Segundo Carlos Alberto Bittar (2003, p. 8), “o Direito de Autor ou Direito Autoral é o ramo do Direito Privado que regula as relações jurídicas advindas da criação e da utilização econômica de obras intelectuais estéticas e compreendidas na literatura, nas artes e nas ciências”.

Baseado nas lições do professor Antônio Chaves (1995, p. 28–29) podemos afirmar que:

(...) o conjunto de prerrogativas que a lei reconhece a todo criador intelectual sobre suas produções literárias, artísticas ou científicas, de alguma originalidade: de ordem extrapatrimonial, em princípio, sem limitação de tempo; e de ordem patrimonial, ao autor, durante toda a sua vida, com o acréscimo, para os sucessores indicados na lei, do prazo por ela fixado. Distinguem-se nele, duas esferas de atribuições: de um lado, as que pertencem ao denominado direito moral, que consiste no direito ao reconhecimento à paternidade da obra, no direito de inédito, no direito à integridade da sua criação, no de modificar a obra, de acabá-la, de opor-se a que outrem a modifique, etc; de outro, as de natureza patrimonial, que se cifram na prerrogativa exclusiva de retirar da sua produção todos os benefícios que ela possa proporcionar, principalmente pela publicação, reprodução, representação, execução, tradução, recitação, adaptação, arranjos, dramatização, adaptação ao cinema, à radiodifusão, à televisão, etc. (grifo nosso).

Por outro lado, a propriedade autoral não exige qualquer ato administrativo para sua concepção. Ou seja, a proteção para o direito autoral prescinde de registro, sendo facultativo. Nesse sentido, o artigo 18 da Lei nº 9.610/98 é categórico: “A proteção aos direitos de que trata esta Lei independe de registro”. Conforme explica o pesquisador Fábio Ulhoa Coelho (2002, p. 144–145),

É certo que a legislação de direito autoral prevê o registro dessas obras: o escritor deve levar seu livro à Biblioteca Nacional, o escultor sua peça à Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e assim por diante (Lei 5.988/73, art. 17, mantido em vigor pelo art. 115 da Lei nº 9.610/98). Esses registros, contudo, não tem natureza constitutiva, mas apenas servem à prova da anterioridade da criação, se e quando necessária ao exercício do direito autoral. (grifo nosso).

O Direito Autoral está relacionado às obras literárias e artísticas, programas de computador, domínios na Internet e cultura imaterial; portanto, a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências, tais como:

Art. 7º São obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro, tais como: [...] VII - as obras fotográficas e as produzidas por qualquer processo análogo ao da fotografia;

Art. 24. São direitos morais do autor:[...] II - o de ter seu nome, pseudônimo ou sinal convencional indicado ou anunciado, como sendo o do autor, na utilização de sua obra. [Ressaltamos que as alterações elaboradas no tópico Fotografias foram baseadas nessas regras].

Art. 29. Depende de autorização prévia e expressa do autor a utilização da obra, por quaisquer modalidades, tais como: I - a reprodução parcial ou integral;[...] VIII - a utilização, direta ou indireta, da obra literária, artística ou científica [...] (BRASIL, 1998, *on-line*).

Essas regras deram base à elaboração da carta de autorização para a divulgação das entrevistas com os professores do Instituto de Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro – IF/UFRJ.

Art. 37. A aquisição do original de uma obra, ou de exemplar, não confere ao adquirente qualquer dos direitos patrimoniais do autor, salvo convenção em contrário entre as partes e os casos previstos nesta Lei.

Art. 44. O prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre obras audiovisuais e fotográficas será de setenta anos, a contar de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua divulgação.

Art. 79 [...] § 1º A fotografia, quando utilizada por terceiros, indicará de forma legível o nome do seu autor. § 2º É vedada a reprodução de obra fotográfica que não esteja em absoluta consonância com o original, salvo prévia autorização do autor (

Art. 108. Quem, na utilização, por qualquer modalidade, de obra intelectual, deixar de indicar ou de anunciar, como tal, o nome, pseudônimo ou sinal convencional do autor e do intérprete, além de responder por danos morais, está obrigado a divulgar-lhes a identidade [...] (BRASIL, 1998, *on-line*).

Sendo assim, pode-se constatar que a Lei nº 9.610 de 1998 serviu de base para todas as alterações elaboradas no serviço *on-line* da Instituição, tais como: Fotografias - inclusão da identificação de fontes e autores; Levantamento documental - reorganização das descrições; e carta de autorização para a divulgação das entrevistas que serão disponibilizadas no tópico História oral.

DESENHANDO UMA METODOLOGIA

A metodologia utilizada na pesquisa foi de cunho qualitativo, utilizando, para isso, um instrumento para análise e modificação do Museu Virtual do IF/UFRJ, a Lei nº 9. 610 de 1998. Quanto aos fins, o artigo é descritivo, pois revela características dos Professores Fundadores, Professores *In Memoriam*, Professores Eméritos e Professores Ex-alunos do Instituto de Física – IF/UFRJ, ou seja, levanta informações sobre situações específicas e relacionadas de forma a proporcionar a visualização de uma totalidade (GIL, 2008).

Cumprindo o propósito fim, o artigo foi dividido nas seguintes etapas:

Primeira etapa: identificação dos tópicos do Museu Virtual do IF/UFRJ que careciam de modificações à luz da lei vigente.

Esta etapa refere-se à busca, no site do Museu Virtual (www.bibliotecaif/museuvirtual), de quais tópicos necessitavam de alterações/modificações. Foram localizados três (03) tópicos: Fotografias, Levantamento documental e História oral – entrevistas (em fase de elaboração).

Segunda etapa: inclusão de informação nos tópicos, conforme descrito abaixo:

No tópico Fotografias, foram incluídos os dados sobre fontes (onde localizar a foto) e fotografias (responsáveis pelos direitos autorais sobre a imagem).

Já no tópico Levantamento documental, foram reorganizadas as descrições das matérias sobre o Instituto de Física e seus agentes sociais (Professores Fundadores, Professores Eméritos e Professores Ex-alunos).

Terceira e última etapa: para fins de direito de divulgação de conteúdo, foi redigida uma carta de autorização com um “Termo de Assentimento” elaborado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em nome de cada professor entrevistado.

MUSEU VIRTUAL DO IF/UFRJ: ATUALIZAÇÕES E ADAPTAÇÕES

No primeiro tópico do Museu Virtual do IF/UFRJ onde é descrita a função do serviço *on-line* incluímos o trecho: “*Este material é detentor de direito autoral, patrimonial e moral. Uso indevido está sujeito a indenizações. Para reproduzi-lo, entre em contato com a biblioteca*”.

Quadro 1 – Mudanças no tópico Fotografia do museu virtual do IF/UFRJ

TÓPICO DO MUSEU VIRTUAL	ANTES	DEPOIS	EXEMPLO
FOTOGRAFIA - Instituto de Física	Imagem sem identificação de fonte e descrição.	Imagem com fonte e informação do conteúdo.	Foto da Instalação do Laboratório de Baixas Temperaturas com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Fonte: Acervo do IF/UFRJ
FOTOGRAFIA - Instituto de Física/Grupo de pesquisa	Imagem sem identificação de fonte e descrição.	Imagem com fonte e informação do conteúdo, nome de todos os personagens que aparecem na foto.	Foto histórica no laboratório do CBPF, em que aparecem alguns dos professores fundadores do IF e outros pesquisadores. Da esquerda para a direita: 1 – Jornalista que fazia cobertura científica; 2 – Hervásio de Carvalho; 3 – Neusa Amato; 4 – Adel da Silveira (assistente do Leite Lopes); 5 – Gabriel Fialho; 6 – Leite Lopes; 7 – Bernhard Gross; 8 - Paulo Leal Ferreira; 9 – Cesar Lattes; 10 – Paulo Ribenboim; 11 - Costa Ribeiro; 12 – não identificado; 13 – Geraldo (estagiário sob supervisão do Plínio); 14 – Carneiro Felipe; 15 – Armando Dias Tavares (assistente do Costa Ribeiro). Fonte: Núcleo de Informação C&T e Biblioteca – NIB/CBPF.
FOTOGRAFIA - Plínio Sussekind Rocha	Imagem sem fonte, descrição e identificação de quem detém os direitos autorais sobre a imagem.	Imagem com fonte, fotografia (direito autoral) e informação do conteúdo.	Descrição: Foto do Prof. Plínio Sussekind Rocha vestido para a formatura dos alunos do Colégio Rivadávia Correa, da qual foi paraninfo (s.d.). Fonte: Acervo do Instituto de Física/UFRJ. Fotografia: Saulo Pereira de Mello.
FOTOGRAFIA - Sarah de Castro Barbosa	Imagem sem identificação de quem detém os direitos autorais sobre a imagem.	Imagem com descrição de fotografia (direito autoral) ⁹ .	Acervo Sarah de Castro Barbosa.

Fonte: Museu virtual IF-UFRJ (2019).

Esta informação tem o objetivo de esclarecer ao público em geral que o museu está em acordo com as regras de direito autoral e que, para a utilização das imagens e do conteúdo, o indivíduo deverá entrar em contato com a instituição.

No tópico Fotografias foram incluídas informações sobre onde localizar a foto e quem detém os direitos autorais sobre a imagem.

Mediante esta análise tomou-se as seguintes medidas, representadas no quadro abaixo:

⁹ A filha da professora Sarah de Castro Barbosa autorizou a divulgação das fotos tiradas pela própria professora.

Salientamos que, para as fotos em que não foi possível identificar a autoria (quem fotografou), decidimos incluí-las numa tabela com a descrição da foto, fonte e o *link* para a página na Internet que disponibiliza a imagem e provavelmente deva ser a responsável por sua guarda, já que não há informações sobre o direito autoral (quadro 2).

Quadro 2 – Fotos sem identificação de autoria

TÓPICO DO MUSEU VIRTUAL	FOTOGRAFIA Jayme Tiomno
ANTES	Imagem sem identificação de fonte e de quem detém os direitos autorais sobre a imagem.
DEPOIS	Descrição da foto, fonte e o <i>link</i> para a página na internet que disponibiliza a imagem.
EXEMPLO	Descrição: Na foto: atrás, Walter Schutzer, Hideki Yukawa e César Lattes. Na frente, Hervaldo de Carvalho, José Leite Lopes e Jayme Tiomno – 15 de janeiro de 1949. Fonte: Clayton Levy. O adeus de um parceiro simples e leal. Jornal da Unicamp. Edição 281 – 30 de março a 03 de abril de 2005. Endereço da imagem: https://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/marco2005/fotosju281online/ju281pg09c.jpg

Fonte: Museu virtual IF-UFRJ (2019).

Já no tópico Levantamento documental, que é uma coleta documental de artigos de jornais, na Hemeroteca Digital no site da Biblioteca Nacional, restringindo a busca por Período e utilizando termos como “Instituto de Física da UFRJ”, foram reorganizadas as descrições das matérias sobre o Instituto de Física e seus agentes sociais (Professores Fundadores, Professores Eméritos e Professores Ex-alunos), ou seja, o texto foi reescrito e focalizou um discurso sucinto e objetivo.

Assim, tendo recuperado, em diversos periódicos, reportagens acerca da situação do Instituto de Física, de seu funcionamento e professores a ele ligados durante cada um dos intervalos de tempo discriminados, nos quais inserimos tabelas em que transcrevemos parte da notícia, *linkamos* para a Hemeroteca, onde é possível, aplicando os mesmos critérios de pesquisa por nós empregados, acessar o documento digitalizado.

Outro termo utilizado no tópico Levantamento documental foi Professores Fundadores. Neste trabalho foi realizada uma coleta bibliográfica obtida por meio de publicações periódicas (jornais), como por exemplo, a partir do seguinte descritor: “Plínio Süssekind Rocha”.

Disponibilizamos as transcrições de parte desses registros, que versam, principalmente, sobre cinema (cujo assunto recorrente é o filme *Limite*, de Mário Peixoto) e ditadura (aposentadoria compulsória do próprio Professor Fundador Plínio Süssekind Rocha e também de outros professores da física). Os documentos podem ser encontrados na íntegra, diretamente no site da Hemeroteca Digital.

Ou seja, o *link* para acesso à matéria do jornal e/ou revista foi redirecionado para o site da Biblioteca Nacional/Hemeroteca (www.bibliotecanacional/hemeroteca) – pesquisa geral. O usuário tem que refazer a pesquisa (vide quadro 3).

Quadro 3– mudanças no tópico Levantamento documental do museu virtual do IF/UFRJ

TÓPICO DO MUSEU VIRTUAL	ANTES	DEPOIS	EXEMPLO
LEVANTAMENTO DOCUMENTAL - Instituto de Física	Lista com os títulos das reportagens e <i>link</i> para acesso.	Transcrição do conteúdo da reportagem e <i>link</i> para a página da Biblioteca Nacional – Hemeroteca.	Transcrição: O prof. Herch Moysés Nussenzveig, físico teórico [...], virá ao Brasil para dar cursos sobre Ótica Quântica e Teoria do Laser no Rio e em São Paulo, patrocinados pelos Institutos de Pesquisas [...] e pelo Instituto de Física da UFRJ [...]. Periódico: Correio da Manhã, 05 jan. 1968
LEVANTAMENTO DOCUMENTAL - Plínio Sussekind Rocha	Lista com os títulos das reportagens e <i>link</i> para acesso.	Transcrição do conteúdo da reportagem e <i>link</i> para a página da Biblioteca Nacional – Hemeroteca.	Transcrição: Salvar limite Um benemérito dos estudos cinematográficos no Brasil, o professor Plínio Sussekind da Rocha, da Faculdade Nacional de Filosofia, está há muito empenhado em salvar uma das pouquíssimas obras de arte cinematográfica que já se realizaram no Brasil: o filme Limite, de Mário Peixoto. É uma obra de arte. Também tem considerável valor como documento histórico. Tudo isso foi, aliás, recentemente confirmado pelo Congresso de Críticos Cinematográficos em São Paulo. Trata-se, sem dúvida, de uma obra que o Brasil precisa salvar. Pois Limite já se está estragando, irremediavelmente. É preciso fazer, quanto antes e desde já, uma cópia. Mas o Departamento do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional, cujo diretor Rodrigo M. F. de Andrade também apóia a iniciativa, não tem verba para êsse fim. É a interminável luta homérica, no Brasil, entre a verba e a cultura [...]. Periódico: Correio da Manhã, 04 dez. 1960

Fonte: Museu virtual IF-UFRJ (2019).

Portanto, o Museu virtual do IF/UFRJ não divulga a imagem da matéria, apenas traz a transcrição de trechos, fazendo um resumo de todas as reportagens encontradas sobre determinado assunto na Hemeroteca Digital Brasileira.

Por fim, no tópico História oral – entrevistas, que é um tópico em fase de elaboração, para fins de direito de divulgação de conteúdo, foi redigida uma carta de autorização com o Termo de Assentimento, elaborado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, em nome do professor entrevistado e no qual ele explicita sua anuência em participar da coleta de dados para a Musealização/Patrimonialização do Instituto de Física (IF) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Neste documento, consta também que todos os esclarecimentos necessários foram oferecidos, que a participação do professor foi por meio de uma entrevista feita pelo Profissional da Informação do Instituto e que os dados colhidos servirão de base para o Campo de História Oral do IF/UFRJ.

Logo, o entrevistado autoriza a menção do seu nome, a divulgação do áudio, da transcrição da entrevista e a publicação de fotografias no Site do Museu Virtual do IF/UFRJ e em outros canais de informação, com o objetivo de disseminar e preservar a história e a memória da Instituição. Porém, ressaltamos que, embora todos já tenham assinado o termo de autorização, cada entrevista só será divulgada após a aprovação da versão final do texto transcrito.

Foi necessário, também, descrever que não haveria nenhum tipo de pagamento, sendo a participação do entrevistado na qualidade de voluntário.

Acentuamos que a Biblioteca do IF/UFRJ é a responsável pelo museu virtual e detém todas as autorizações para disponibilizar as entrevistas cedidas pelos Professores Eméritos e Professores Ex-alunos. Ou seja, possui autorização por escrito para disponibilizar todo o conteúdo da entrevista cedida.

CONCLUSÃO

Constatamos que as regras vigentes que regulam os direitos autorais de imagens e conteúdo de um museu virtual, bem como de que modo elas devem ser colocadas em prática, estão descritas nas regras estabelecidas pela Lei nº 9. 610, de 1998, e serviram de base para todas as alterações elaboradas no serviço *on-line* da Instituição. Baseado nessa Lei o Museu Virtual do IF/UFRJ foi atualizado e está de acordo com as normas de direito autoral.

A principal modificação feita no tópico fotografia foi a inclusão de fonte (onde localizar a fonte) e de quem detém o poder sobre ela. Já no tópico levantamento, foi uma descrição mais sucinta, clara e objetiva, transcrevendo de forma direta o conteúdo da reportagem e direcionando o usuário para a página na Internet da Biblioteca Nacional (hemeroteca), para que ele refaça a pesquisa e tenha acesso ao texto completo à revista e/ou ao jornal. Por fim, no tópico história oral – entrevistas –, mesmo ainda estando em fase de elaboração, antes de disponibilizar as entrevistas, coletamos, junto a cada um dos entrevistados, uma autorização por escrito para a utilização das imagens e do conteúdo de todo o material que se refere a esse tópico, que está disponível no *site* do Museu Virtual do Instituto de Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IF/UFRJ).

Portanto, todos os objetivos traçados para esta pesquisa foram cumpridos. Os tópicos do serviço *on-line* de fotografia, levantamento documental e história oral – entrevistas – já estão atualizados, constando as modificações solicitadas e em conformidade com a lei vigente, podendo ser acessados através do *link* <http://biblioteca.if.ufrj.br/museu-virtual/>.

Foi elaborado um manual de trabalho para inclusão de informações no museu virtual, trabalho elaborado dentro das regras que balizaram as modificações constantes no serviço *on-line* e que servirá de manual de consulta para as futuras inclusões, podendo também ser utilizado como fonte de consulta para outras instituições que queiram implementar um museu virtual das suas organizações como forma de salvaguardar a memória e história da Instituição por meio de uma representação virtual na Internet.

Os próximos passos a serem efetivados são: migrar o site da Biblioteca e deixar o Museu Virtual em um site só dele; publicar as transcrições das entrevistas já realizadas e autorizadas; realizar novas entrevistas; analisar, sistematizar, tratar e divulgar a documentação em posse da Biblioteca; criar mais conteúdo próprio (fotografias de mobiliário e instrumentos científicos, por exemplo); prospectar conteúdo autorizado pelos agentes do IF (principalmente professores eméritos); buscar documentação pública de interesse da comunidade do IF e, por último, elaborar uma campanha de divulgação do Museu Virtual.

Por fim, o Museu Virtual do IF/UFRJ é um patrimônio cultural científico que cumpre o seu papel de preservar e disseminar informação em consonância com as tendências atuais, e respeitando as regras vigentes sobre direito autoral, ou seja, utiliza serviços *on-line* na Internet como ferramenta de propaganda da ciência.

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. *La Chambre Claire, Note sur la photographie*. Paris: L'Étoile, 1980.

BITTAR, C. A. *Direito de autor*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

BRASIL. *Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998*. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. 1998. Brasília: Presidência da República, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19610.htm. Acesso em: 14 abr. 2021.

CASTRO, A. Lúcia. S. de. Informação museológica: uma proposição teórica a partir da Ciência da Informação. In: PINHEIRO, L. V. R. (org.). *Ciência da Informação, Ciências Sociais e Interdisciplinaridade*. Brasília: Ibict, 1999. p. 13–32. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/handle/1/1000>. Acesso em: 13 abr. 2021.

CHAVES, A. *O Criador da Obra Intelectual*. São Paulo: LTr, 1995.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez, 1991. 164 p. Série Biblioteca da educação. Série 1: escola ; v.16.

COELHO, F. U. *Curso de direito comercial*. 6. ed., rev. atual. de acordo com o novo Código Civil, Lei nº 10.406, de 10-1-2002 e alterações da LSA. São Paulo (SP): Saraiva, 2002. v. 1.

DELOCHE, B. *Le musée virtuel: vers une éthique des nouvelles images*. 1. éd. Paris: Presses universitaires de France, 2001 (Questions actuelles).

DESVALLÉES, A.; MAIRESSE, F. (orgs.). *Conceitos-chave de museologia*. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013. Disponível em: <https://cultura.rs.gov.br/upload/arquivos/carga20190600/17110010-pdf-conceitos-chave-de-museologia.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2021.

DUARTE, E. N.; TARGINO CASIMIRO, A. H. Gestão por competências, gestão do conhecimento e ciência da informação: diálogos possíveis. *Ciência da Informação*, [S. l.], v. 49, nº 2, 2020. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/5213>. Acesso em: 19 fev. 2021.

FERREZ, Helena Dodd. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. In: IPHAN. *Estudos Museológicos. Rio de Janeiro: [s. n.]*, 1994. Cadernos de Ensaios, 2.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRANATO, M. Panorama sobre o patrimônio de Ciência e Tecnologia no Brasil: objetos de C&T. In.: GRANATO, M.; RANGEL, M. F. *Cultura material e patrimônio de ciência e tecnologia*. Rio de Janeiro: MAST, 2009; p. 29.

HEIZER, A. *Observar o céu e medir a terra: instrumentos científicos e a participação do Império do Brasil na Exposição de Paris de 1989*. p.165

HILLWAY, T. *Introduction to Research*, 2.ed. Boston, Houghton Mifflin, 1964. xi, 308 p.

ICOM-BR. *Código de ética para museus do ICOM*: tópico 3, princípio. p. 18, 2009. Disponível em: http://icom.org.br/wp-content/themes/colorwaytheme/pdfs/codigo%20de%20etica/codigo_de_etica_lusofono_iii_2009.pdf. Acesso em: 15 de fev. 2020.

INSTITUTO de física-UFRJ 45 anos. Rio de Janeiro: Instituto de Física, 2010. p. 10.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS (ICOM). *Código de Ética para Museus do ICOM*. São Paulo: ICOM-BR, 2009. Disponível em: http://icom.org.br/wp-content/themes/colorwaytheme/pdfs/codigo%20de%20etica/codigo_de_etica_lusofono_iii_2009.pdf. Acesso em: 14 abr. 2021.

LARA, M. L. G. de; CONTI, V. L. Disseminação da informação e usuários. *São Paulo em Perspectiva*, v. 17, n. 3–4, p. 26–34, dez. 2003. DOI 10.1590/S0102-88392003000300004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392003000300004&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 14 abr. 2021.

LÉVY, P. *Cibercultura*. trad. Carlos Irineu Da Costa. 3. ed. São Paulo: Editora34, 2010.

LIMA, D. F. C. O que se pode designar como Museu Virtual segundo os museus que assim se apresentam. In: X ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009. *Anais* [...]. João Pessoa: UFPB, ANCIB, 2009. v. 10. Disponível em: <http://repositorios.queestemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/685>. Acesso em: 13 abr. 2021.

LOUREIRO, M. L. de N. M. Preservação in situ X ex situ: reflexões sobre um falso dilema. In: ASENSIO, M.; MOREIRA, D.; ASENJO, E.; CASTRO, Y. (orgs.). *Criterios y desarrollos de musealización*. Series Iberoamericanas de Museología (SIAM). Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 2012. v. 7, p. 203–213. Disponível em: <https://repositorio.uam.es/handle/10486/11607>. Acesso em: 14 abr. 2021.

LOUREIRO, M. L. N. M. Fragmentos, modelos, imagens: processos de musealização nos domínios da ciência. *Datagramazero - Revista de Ciência da Informação*, v. 8, n. 2, 2007. Disponível em: http://dgz.org.br/abr07/F_I_art.htm. Acesso em: 17 de abr. 2015. p.47

MUELLER, S. P. M.; PERUCCHI, V. Produção de conhecimento científico e tecnológico nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: uma investigação sobre a sua natureza e aplicação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v.21, n.1, p.134–151, jan./mar. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pci/v21n1/1413-9936-pci-21-01-00134.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2021.

OLIVEIRA, É. B. P. M. de. Produção científica nacional na área de geociências: análise de critérios de editoração, difusão e indexação em bases de dados. *Ciência da Informação*, v. 34, n. 2, p. 34-42, 2005. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1088/1194>. Acesso em: 19 fev. 2021.

OTLET, P. *Traité de Documentation: Le livre sur le livre*. Bruxelles: Mundaneum, 1934. Disponível em: https://lib.ugent.be/fulltxt/handle/1854/5612/Traite_de_documentation_ocr.pdf. Acesso em: 14 abr. 2021.

RIBEIRO, C. P. de P. *et. al.* Difusão da informação na administração pública. *Transinformação*, v.23, n. 2, Campinas, May/Aug., 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-37862011000200006>. Acesso em 19 fev. 2021.

SALCEDO, D. A.; SILVA, J. R. P. e. A disseminação da informação: o papel do bibliotecário-mediador. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis*, v. 22, n. 1, p. 23-30, dez./mar., 2017. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1274>. Acesso em: 19 fev. 2021.

SCHEINER, T. *Apolo e Dioniso no Tempo das Musas: museu – gênese, ideia e representações na cultura ocidental*. Dissertação. ECO/UFRJ, 1998.

SCHWEIBENZ, W. The development of virtual museums. *ICOM News*, v. 57, p. 3, 2004.

SILVA, L. R. C da *et al.* Pesquisa Documental: alternativa investigativa na formação docente. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (EDUCERE), 9., 2009, Curitiba. *Anais [...]*. Curitiba: Pucpr, 2009. p. 4554-4566. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/3124_1712.pdf. Acesso em: 02 fev. 2021.

STRÁNSKÝ, Z. Z. Museology as a science (a thesis). *Museologia*, v. 15, n. XI, p. 33–40, 1980.

STRÁNSKÝ, Z.Z. Museology as a Science (a thesis). *Museologia*, 15, XI, p. 33-40, 1980.

TEIXEIRA, R. da S.; SOUZA, R. O. L. de. Avaliação da aplicabilidade de um museu virtual como ferramenta de disseminação de informação: estudo de caso no Instituto de Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro. *Ciência da Informação*, v. 47, n. 3, p. 177–189, 21 dez. 2018. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4333>. Acesso em: 13 abr. 2021.